

DEFESA E DESENVOLVIMENTO NO GOVERNO DILMA ROUSSEFF

*Conferência do Ministro da Defesa, Celso Amorim, no encerramento do
Curso Superior de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra*

Brasília, 23 de outubro de 2013

Senhoras e senhores,

É, para mim, uma satisfação estar com os estagiários do CSUPE e comparecer ao encerramento do Curso.

A realização anual deste Curso é uma importante forma de tornar realidade a prioridade atribuída pela Estratégia Nacional de Defesa à formação de civis especializados na área de defesa.

O CSUPE se insere, também, no movimento da Escola Superior de Guerra em direção a Brasília.

A articulação da ESG com o Governo Federal e com a sociedade brasileira é essencial para o desenvolvimento dos conhecimentos necessários ao planejamento de defesa e à decorrente formulação de políticas.

Como sabem, a Presidenta Dilma criou, recentemente, o Instituto Pandiá Calógeras, como instituto civil voltado para a área de defesa.

Uma das funções do Instituto Pandiá Calógeras será contribuir para esse diálogo permanente e estruturado entre civis e militares, que tradicionalmente é promovido pela ESG.

A última década foi marcada, no Brasil, por uma vertiginosa trajetória de progresso interno e projeção externa.

Em dez anos, dezenas de milhões de pessoas saíram da pobreza e entraram na classe média.

Milhões de brasileiros passaram a ter acesso a bens materiais e, cada vez mais, passam a desfrutar de bens culturais.

Por meio de bem sucedidas políticas, que se tornaram referência no mundo, realizamos inclusão social em larguíssima escala.

Como lembrou ontem a Presidenta ao sancionar a lei relativa ao Programa Mais Médicos, a pobreza extrema vai sendo erradicada.

Estimulada por essa ativação do mercado interno, nossa economia resistiu aos duros efeitos da crise financeira de 2008 e 2009 – uma crise gerada pelas economias desenvolvidas, cabe recordar – e, mesmo diante do atual cenário externo restritivo, nossa economia dá sinais de vigor.

Atingimos, nos últimos anos, altos níveis de emprego, que têm sido mantidos apesar das dificuldades.

A economia brasileira tornou-se uma das seis ou sete maiores do mundo, e o Brasil assumiu a condição de credor do Fundo Monetário Internacional.

Nesses anos, nossa democracia fortaleceu-se, demonstrando ser não apenas compatível com o crescimento e com a inclusão social, mas também um fator que os estimula.

Vamos tornando realidade um dos objetivos fundamentais inscritos na Constituição Federal de 1988: a criação de uma sociedade livre, justa e solidária.

Ao mesmo tempo em que transformamos nossa realidade interna, expandimos o papel do Brasil no mundo.

Trabalhamos para que nossa região, a América do Sul, seja cada vez mais pacífica, próspera e integrada.

Sem prejuízo de nossas tradicionais relações com os países mais ricos, fizemos uma significativa abertura para o mundo em desenvolvimento.

Estabelecemos parcerias com países emergentes, como o grupo IBAS e os BRICS, que contribuem para um maior equilíbrio da balança de poder mundial.

E um maior equilíbrio da balança de poder mundial favorece os países emergentes.

Atuamos no sentido de alterar a correlação de forças nos processos negociadores no plano econômico-comercial.

E assumimos, por gestos concretos, nossa vocação de um país provedor da paz, isto é, disposto e capaz de contribuir ativamente para um mundo mais estável e solidário.

Todos esses avanços elevaram o Brasil a uma nova estatura internacional.

Cito as palavras da Presidenta Dilma em seu discurso de posse: “Pela primeira vez o Brasil se vê diante da oportunidade real de se tornar (...) uma nação desenvolvida”.

Esse momento histórico nos impõe responsabilidades de grande magnitude.

Uma das principais delas é a da defesa nacional.

★★★

Um país com o potencial que tem o Brasil não pode descartar a hipótese de que seus interesses estratégicos sejam antagonizados.

Essa constatação não é nova.

Há mais de cem anos, em 1896, Rui Barbosa chamava a atenção para a importância de que o Brasil estivesse preparado para se defender, mesmo que a situação imediata de uma crise não fosse visível no horizonte.

Dizia ele: “Bem sei que estamos rodeados de nações pacíficas, que não é menos pacífico o ânimo da nossa, e que a paz é a cláusula essencial do nosso progresso. Mas (...) não esqueçamos que a primeira condição da paz é a respeitabilidade, e a da respeitabilidade a força”.

E, de fato, não vemos hoje ameaças provenientes de nossa região.

Mas, como país em vias de desenvolvimento, com crescente projeção no mundo, temos que nos fazer respeitar.

Isso implica adequadas capacidades de dissuasão, que desencorajem ações hostis à nossa soberania e aos nossos interesses.

Do ponto de vista global, os conflitos armados estão longe de serem satisfatoriamente equacionados pelas instituições internacionais.

Evidentemente, todos nós apoiamos as ações das Nações Unidas.

Mas sabemos que elas ainda não foram suficientes para eliminar o conflito das relações internacionais.

O Brasil possui um imenso patrimônio de recursos naturais e tecnológicos.

Somos uma superpotência em recursos hídricos, energéticos e de produção de alimentos.

O crescimento da demanda global por esses três recursos nas próximas duas décadas nos impõe prudência.

Da mesma forma, somos detentores de tecnologias de ponta, que podem suscitar antagonismos comerciais, espionagem industrial ou restrições políticas.

Esses ativos naturais e tecnológicos serão cada vez mais fundamentais para o nosso desenvolvimento.

E, como as recentes revelações acerca da espionagem de cidadãos, empresas e instituições governamentais brasileiras deixam claro, esses ativos necessitam de proteção.

Pense-se no campo de Libra, cujo bem sucedido leilão ocorreu há dois dias.

Dentro de dez anos, somente esse reservatório na camada pré-sal poderá suprir 67% do total de petróleo hoje produzido no Brasil.

Não podemos permitir que esses ativos fiquem vulneráveis a ações hostis.

Essas ações podem provir seja de outros Estados, seja de atores não estatais.

No texto do final do século XIX, que citei, Rui Barbosa fazia uma advertência muito válida para os desafios colocados pelo pré-sal neste começo do século XXI: “O mar, que na paz nos enriquece, na guerra nos ameaça”.

Este Governo compreende que defesa e desenvolvimento são objetivos complementares.

Não se trata de uma falsa dicotomia entre investimentos na área social, cuja prioridade é indiscutível, e investimentos na área da defesa.

O reforço de nossa indústria de defesa contribui para a proteção de nosso modelo de desenvolvimento.

Como já afirmou a Presidenta Dilma por ocasião da inauguração da Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas para submarinos (a UFEM), a indústria de defesa é acima de tudo uma indústria do conhecimento.

E no conhecimento repousa o futuro do país.

A reorganização da indústria nacional de defesa foi estipulada como um dos eixos centrais da Estratégia Nacional de Defesa lançada ainda no Governo Lula e cuja reedição, com alguns ajustes, acaba de ser aprovada pelo Congresso Nacional.

Seu foco é o desenvolvimento tecnológico independente, de modo a garantir o atendimento crescentemente autônomo das necessidades de equipamentos das Forças Armadas.

Nos últimos dois anos, a consolidação e expansão dessa base industrial recebeu amparo legal.

Com a Lei 12.598, aprimoramos significativamente o marco normativo que regula a ação do Estado e do mercado nesse campo.

É um passo decisivo para assegurar a continuidade da capacidade produtiva da base industrial de defesa.

A Lei definiu termos essenciais, como “produto estratégico de defesa” e “empresa estratégica de defesa”, que gozarão de tratamento privilegiado nas compras do Governo brasileiro e receberão estímulos para a exportação.

O Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa, o RETID, instituído pela Lei, reduzirá o custo tributário e aumentará a competitividade de nossas empresas.

O decreto de regulamentação do RETID foi baixado há poucos dias pela Presidenta da República, em uma reafirmação da prioridade dada a essa área da nossa economia.

Depois de minuciosos estudos desenvolvidos pela Secretaria de Produtos de Defesa, em coordenação com ministérios da área econômica, deveremos estar fazendo, dentro de algumas semanas, os primeiros registros das empresas estratégicas de defesa.

A criação e o fortalecimento da base industrial de defesa são fundamentais para a soberania do Brasil.

É axiomático que a defesa de um país não é delegável a terceiros.

Somente com uma indústria com alto grau de autonomia poderemos suprir nossas necessidades.

As notícias de um sistema planetário de interceptação eletrônica e de comunicações e, em particular, de sua intrusão na soberania brasileira, geraram uma forte reação diplomática de nosso Governo, tanto no plano bilateral quanto no plano multilateral.

A contraparte dessas iniciativas diplomáticas no exterior deve ser o trabalho de base, aqui no Brasil, de desenvolvimento de nossas barreiras contra a intrusão estrangeira.

Isso pressupõe o desenvolvimento de tecnologias nacionais e da nossa capacidade própria de identificar e superar vulnerabilidades, como os chamados *backdoors*.

Além da espionagem cibernética, temos que nos preocupar com algo que parecia mais longínquo, a guerra cibernética.

Não estamos no reino da ficção científica.

São preocupantes as notícias que nos chegam de que países avançados estariam formando verdadeiras brigadas cibernéticas com propósitos ofensivos, e que para isso estariam recrutando até mesmo *hackers* condenados pela justiça.

Mais preocupantes ainda são ideias, que começam a germinar, de uma espécie de tratado de não proliferação na área cibernética, que congelaria as atuais assimetrias nesse setor.

Uma regulamentação internacional dessa matéria pode até ser necessária, e mesmo desejável, mas não deve refletir os vícios de acordos desequilibrados do passado.

Penso, por exemplo, que poderia ser útil, estudar-se algum arranjo institucional que coibisse o “primeiro uso” da arma cibernética, a exemplo do que se tentou fazer, sem sucesso, diga-se de passagem, com as armas nucleares.

O atual Governo está atento à ameaça cibernética.

Na realidade, mesmo antes das revelações, já havíamos criado o Centro de Defesa Cibernética no Exército.

Estamos agora tratando de reforça-lo e de garantir sua coordenação com os núcleos existentes nas outras Forças.

Isso evidentemente exigirá recursos consideravelmente superiores aos existentes no momento.

A autonomia industrial e tecnológica na área de defesa não significa a autarquia completa na produção de equipamentos para nossas Forças.

A cooperação internacional, desde que realizada de forma equilibrada, pode ser útil para que nossa indústria de defesa avance mais rapidamente.

A tão decantada transferência de tecnologia exige não somente boas cláusulas contratuais, como também o aprimoramento das capacidades de absorção pelas empresas e instituições científicas brasileiras, devidamente supervisionadas pelo Governo.

Isto envolve, na maioria dos casos, acesso a códigos fontes que permitam modificar sistemas e adaptá-los a nossas necessidades, e até mesmo, para a absorção das tecnologias, o investimento em capital humano é fundamental.

Igualmente importante é a diversificação de parcerias, de modo a evitar que fiquemos dependentes de umas poucas fontes de tecnologia, o que limita a nossa capacidade de negociação.

Sem desprezar parcerias tradicionais, devemos, progressivamente, aumentar a ênfase na cooperação com outros países emergentes, que enfrentam desafios semelhantes aos nossos.

Há exemplos de cooperação bem sucedida.

O projeto de novos submarinos, inclusive o submarino de propulsão nuclear, construídos com assistência da França, tem evoluído de forma satisfatória.

Esses submarinos permitirão patrulhar nossas águas jurisdicionais no Atlântico Sul, nas quais se situa o pré-sal.

Temos uma expectativa positiva em relação à parceria com a Rússia na área da defesa antiaérea.

Nossa cooperação industrial com outros países em desenvolvimento também é promissora, com destaque para a construção de um míssil ar-ar com a África do Sul.

A cooperação em defesa não se limita a projetos conjuntos na área industrial.

Outro propósito essencial que o Brasil atinge com a cooperação em defesa é prover a paz, sobretudo no nosso entorno.

Na América do Sul, o Conselho de Defesa Sul-americano da UNASUL tem sido o principal fórum para a criação de confiança entre as forças armadas, ao mesmo tempo em que se busca lançar as bases de uma identidade comum sul-americana.

O projeto de uma Escola Sul-americana de Defesa já se encontra em fase avançada de deliberação pelas instâncias do CDS.

Não é fácil; nada é fácil.

Diferentemente de experiências passadas em outros quadrantes, ou mesmo nos nossos quadrantes, não queremos impor nossa visão.

Um dos pressupostos da Escola Sul-americana de Defesa é a pluralidade de visões.

Ao lado da diplomacia, a cooperação em defesa deve trabalhar com todo o afinco para equacionar divergências entre os Estados sul-americanos, pois elas podem ser instrumentalizadas por terceiros países, eventualmente interessados em explorá-las em proveito próprio.

Com os países da África ocidental, compartilhamos um oceano onde jazem imensas riquezas e pelo qual transita a maior parte de nosso comércio internacional.

Interessa-nos manter o Atlântico Sul livre de armas de destruição em massa, como a nuclear, e de rivalidades entre potências extrarregionais.

Interessa-nos, também, combater a pirataria e outras ameaças advindas de atores não-estatais.

A ZOPACAS, Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, é a principal instância para a concertação em torno desses objetivos.

Especialistas dos países da ZOPACAS reuniram-se em Salvador, há duas semanas, para trocarem experiências e se aproximarem em temas de segurança marítima e em operações de busca e salvamento.

Tanto na América do Sul quanto na África, temos estreitado também nossa cooperação bilateral, paralelamente às nossas iniciativas no CDS e na ZOPACAS.

Quero lembrar que anteontem a Presidenta da República assinou um decreto que cria novas adidâncias, das quais quero destacar a no Senegal (um país muito próximo ao Brasil) e a na Etiópia, pela qual estaremos ligados à União Africana.

É importante marcar presença.

Além desses esforços, participamos em operações de manutenção da paz no Haiti e no Líbano.

Essas são contribuições diretas do Brasil para um mundo mais pacífico, condizentes com as responsabilidades de país com a nossa dimensão e com a nossa projeção internacional.

Não quis estender-me aqui sobre as missões tradicionais desempenhadas pelas nossas Forças Armadas na defesa das nossas fronteiras, do nosso espaço aéreo e do nosso mar, nem daquelas que supletivamente realizam, como a garantia da lei e da ordem.

Imagino que elas tenham sido tratadas em outras palestras.

Mas a defesa não se limita ao emprego das armas, ainda que as mais modernas.

Ela é uma obra coletiva do Governo e da sociedade.

Cursos como este visam a formar uma consciência nacional em torno da defesa e de sua interação com outras atividades essenciais.

Estou seguro de que as palestras aqui ministradas e, sobretudo, o convívio entre representantes das mais diversas áreas terão contribuído para esse objetivo.

Muito obrigado.